



Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. – Saneouro

CNPJ/MF nº 35.198.517/0001-11

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		421	1.086
Aplicações financeiras	5	–	30.316
Fundo restrito	6	–	5.447
Contas a receber	7	7.098	734
Estoque		733	631
Impostos a recuperar		621	334
Outros créditos		570	150
Total do ativo circulante		9.513	38.698
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundo restrito	6	4.351	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	24.214	15.652
Depósitos judiciais		186	–
Outros créditos		21	4
		29.249	20.518
Ativo de contrato	8	3.731	13.076
Intangível	9	38.802	15.948
		42.533	29.024
Total do ativo não circulante		71.305	44.680
Total do ativo		81.295	88.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. – Saneouro (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 30 de julho de 2019. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Ouro Preto/MG, compreendendo a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em janeiro de 2020 e tem prazo de duração de 35 anos, contado da data da emissão da Ordem de Serviço. Situação financeira: A Companhia apurou prejuízo no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 16.651 (R\$ 18.358 em 31 de dezembro de 2021) e possui prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 47.054 (R\$ 30.403 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 105.786 e índice de liquidez corrente de 0,08 em 31 de dezembro de 2022 e apresentou um aumento no saldo do passivo circulante de R\$ 111.036, atribuído substancialmente à reclassificação da debênture privada de longo prazo para curto prazo. Excluído esse efeito, o índice de liquidez passa para 2,06 (9,08 em 31 de dezembro de 2021). Em 5 de dezembro de 2022, houve quebra de covenants do contrato de debêntures privadas devido à Companhia ter adquirido um mútuo com sua controladora e com seus sócios minoritários conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Nesse contexto, a Companhia notificou a Kinea Investimentos Ltda., gestor do fundo de investimento detentores de debêntures sobre a captação desses mútuos antes da data de aquisição deles. A Kinea Investimentos Ltda., levando em consideração a expansão da Companhia, analisou a geração de caixa, suas projeções de crescimento e concluiu que os investimentos em Capex, em 2022 e 2021, possibilitarão um crescimento constante e sólido nos próximos anos e emitiu sua concordância sobre a captação desses mútuos através de uma carta concordância (waiver). Dessa forma, o contrato de debênture privada ficou amparado pelo “de acordo”, comprovado pelo “waiver” concedido em 24 de março de 2023. Conforme nota explicativa nº 21 (eventos subsequentes), o saldo de R\$ 110.674, referente a debêntures privada, já foi reclassificado para o longo prazo novamente nas demonstrações financeiras do exercício a partir de 31 de dezembro de 2023. A Administração da Companhia entende que essa situação é pontual, que em nenhum momento representou indícios de descontinuidade operacional, embasados principalmente, mas não limitados às suas projeções de geração de caixa futuros que indicam pagamento de todas as obrigações do passivo circulante. Adicionalmente, a Companhia possui o plano de negócios aprovado pela Administração, que contempla premissas que reforçam a evolução positiva dos índices financeiros e está pautado em: i) Reequilíbrio contratual gerando mais recursos; ii) Monitorar as faturas atrasadas para diminuição da inadimplência, através das seguintes ações: a) aplicação de descontos nas faturas residenciais de 30% e 20% nos meses de novembro e dezembro de 2022 respectivamente e 15% nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, com objetivo de reduzir inadimplência; b) reuniões com o poder concedente, Procon e Ministério Público para obter apoio nas cobranças atrasadas e c) colocar em prática o novo programa de renegociação de débitos em 2023; iii) Redução de custos operacionais e aumento de produtividade gerando aumento das margens operacionais. A Administração entende que as ações mencionadas acima possibilitam a manutenção de suas atividades operacionais e garantem a manutenção da caixa necessária para sua operação e cumprimento das obrigações futuras. Devido à grande importância dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário, a Companhia continua investindo na ampliação de suas estações de tratamento. Os investimentos relacionados à captação de debêntures são destinados para a implementação e exploração do Projeto de Universalização e melhorias no sistema de abastecimento de água e ampliação do sistema de esgotamento sanitário. De acordo com as projeções e planos da Administração da Companhia, a expectativa da Companhia passar a apresentar lucro operacional e lucro antes dos impostos e, consequentemente, realizar o imposto diferido atual, se dá a partir de 2023. Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia: A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidade econômica no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Também foram impostas à Bielorrússia. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato de a Companhia não transacionar com commodities, não exportar e não possuir operações nesses países. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. Políticas contábeis – 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07 – Orientação, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 31 de março de 2023. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão para definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo

Demonstração do Resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	Nota	2022	2021
Receita líquida	15	31.276	21.059
Custo dos serviços prestados	16	(37.204)	(33.183)
Prejuízo bruto		(5.928)	(12.124)
Receitas e despesas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(6.805)	(5.333)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	16	(41)	29
		(6.846)	(5.304)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(12.774)	(17.428)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	2.547	2.020
Despesas financeiras	17	(14.986)	(12.403)
		(12.439)	(10.383)
Prejuízo operacional antes dos impostos		(25.213)	(27.811)
Imposto de renda e contribuição social	18.2	8.562	9.453
Prejuízo do exercício		(16.651)	(18.358)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(16.651)	(18.358)
Total do resultado abrangente do exercício	(16.651)	(18.358)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Capital integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	10.000	(2.640)	(12.045)	(4.685)
Integralização de capital	14.1	–	2.640	–
Prejuízo do exercício	–	–	(18.358)	(18.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.000	–	(30.403)	(20.403)
Prejuízo do exercício	–	–	(16.651)	(16.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.000	–	(47.054)	(37.054)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

simplicidade no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **2.4.2. Passivos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, forem atendidos. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: debêntures privadas, arrendamento mercantil, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações. Esses passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. **c) Baixa de passivos financeiros (desreconhecimento)** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em caixa, contas correntes bancárias e depósitos bancários. Esses saldos estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.6. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos. **2.7. Fundo restrito:** Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de debêntures privadas, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida). **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber são classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Correspondem a valores a receber dos clientes em decorrência dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário. A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD. O critério para constituição da PECLD são os títulos a receber que possuem vencimento a mais de 360 dias. **2.9. Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. **2.10. Intangível:** Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorporável, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Ativos

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Prejuízo do exercício		(16.651)	(18.358)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	18.2	(8.562)	(9.453)
Amortização	9	974	825
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	–	699
Juros sobre debêntures	11	13.561	10.733
Juros sobre mútuos	12	16	–
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	7	1.461	2.138
Amortização dos custos de transação das debêntures	11	123	72
Baixas do ativo intangível	9	112	63
Provisão para ações judiciais	13	10	–
Varição nos ativos operacionais:		7 (7.825)	(2.399)
Contas a receber		(102)	(144)
Estoques		(287)	(86)
Impostos a recuperar		(186)	–
Depósitos judiciais		(437)	(117)
Outros créditos		(89)	11
Fornecedores		50	(271)
Obrigações sociais		328	(29)
Obrigações fiscais	12	14	(148)
Partes relacionadas		85	26
Outras obrigações		(17.405)	(16.438)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	10	–	(751)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	11	(7.367)	(3.187)
Juros pagos sobre debêntures		(7.367)	(3.938)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	30.316	(28.005)
Fundo restrito	6	5.958	(10.309)
Aquisições de ativo de contrato	8	(5.172)	(12.429)
Aquisições de ativo intangível	9	(9.423)	(7.875)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		21.679	(58.618)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	10	–	15.000
Captações de debêntures	11	–	100.000
Captações de mútuos	12	3.024	–
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	–	(35.000)
Custo de transação das debêntures	11	–	(2.452)
Arrendamento mercantil		(49)	(290)
Integralização de capital	14.1	–	2.640
Caixa (aplicado nas) oriundo das atividades de investimento		2.975	79.988
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(118)	904
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.086	182
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		968	1.086
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(118)	904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício contábil. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível são os seguintes:

Classe de ativos intangível	Vida útil
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2 a 13 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Edificações e benfeitorias	10 anos
Ferramentas	5 a 10 anos
Sistema de abastecimento de água	35 anos
Sistema de esgotamento sanitário	35 anos
Direito de uso de arrendamento	1 a 2 anos
Software	5 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Contratos de concessão classificados como intangível e ativo de contrato:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como intangível por meio de transferências entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização. **2.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”). **2.12. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) – Arrendamento Mercantil. A Companhia avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6285-7E54-D481-9B05.

... continuação

início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. **2.13. Custo das debêntures privadas:** Os custos das debêntures privadas atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.14. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.17. Tributos: Lucro real:** A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social – correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Ativos e passivos de tributos correntes** são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social – diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. **Impostos diferidos** são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretende fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.18. Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente em decorrência dos cortes dos períodos de leitura dos hidrômetros para emissão de cada fatura. Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo: **Receitas de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário que compreendem apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo da operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado e do consumo de água. A receita de outros serviços (gestão comercial) de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação, como também religação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. **Receitas de construção:** As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **2.19. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas. **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: contrato oneroso (custos de cumprimento de contrato), ativo imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e referências à estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um

contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou nenhum contrato como oneroso, de forma que, todas as obrigações dos contratos existentes (custos incrementais diretamente relacionados aos contratos e custos diretamente relacionados aos contratos) foram cumpridas pela Companhia na data de reporte. **Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, sua entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. **Referências à estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (equivalente a IFRS 3 – Business Combinations) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente a IAS 37 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets ou IFRIC 21 – Levies) se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Subsidiária como adotante pela primeira vez (IFRS 1 – First-time Adoption of International Financial Reporting Standards)** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1)) mensure as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras, com base na data de transição da controladora para IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação, procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um optante pela primeira vez. **CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Taxas no teste de “10 por cento” para baixa de passivos financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments)** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período. **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 50/IFRS 17 – Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: i) uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável), e ii) uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e o CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **CPC 26/IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação. **CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de “estimativas contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **CPC 26 (R1)/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações para o IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **CPC 32/IAS 12 – Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas

que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **• Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão:** A Companhia determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento podem incluir opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício de renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benefícios ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações, máquinas e veículos. Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão também são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **3.2. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **• Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: i) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável; e ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro de cada uma das empresas da Companhia. Essas estimativas estão contidas nos Planos de Negócios, que são aprovados anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa as projeções de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **• Perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é a mais dado considerado importante para a mensuração da PECLD. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. **• Perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis, intangíveis com vida útil definida e ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos ou circunstâncias que pudessem indicar a existência de impairment dos ativos tangíveis, intangíveis de vida útil definida e de ativos não financeiros. **• Contabilização dos contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração a ser prestada de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro. **• Reconhecimento da receita e custos de construção:** Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras

realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção. **• Reconhecimento da receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **• Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, tributários, civis e previdenciários. A Administração da Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos internos e externos, classifica esses processos em relação a probabilidade de perda da seguinte forma: i. Perda provável: são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: a) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; b) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e c) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor estimado da perda. ii. Perda possível: são processos em que a probabilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não contabiliza provisão contábil e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. iii. Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não contabiliza provisão contábil e nem divulga em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face das seguintes situações: a) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização do processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e b) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. A metodologia para determinar tais preços exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Administração da Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. **4. Gestão de riscos – 4.1. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro:** A Companhia objetiva a realização de operações envolvendo instrumentos financeiros. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito, contas a receber de clientes, ativo contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a debêntures privadas, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia que assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **• Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço, este último não aplicável às operações da Companhia. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, é requerida a divulgação de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários I e III considero, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. a) Risco de taxa de juros: Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de debêntures privadas sujeitas a taxas fixas e taxas variáveis. Sensibilidade à taxa de juros:

Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+50%)	Cenário III (-50%)
CDI		15,42%	9,25%	18,50%	6,17%	
Fundo restrito	4.828	5.423	5.275	5.721	5.126	
IPCA + 6,69%		12,47%	9,36%	18,71%	6,24%	
Debêntures privadas	(111.483)	(125.390)	(128.867)	(121.913)	(132.344)	(118.437)

(*) Fonte dos índices – Banco Central do Brasil – BACEN (CDI e IPCA acumulados em 31 de dezembro de 2022). b) Risco de câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira. **• Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo refere à probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. **• Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez da caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos, financiamentos e contratos de arrendamento. **4.2. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

Ativos financeiros pelo custo amortizado	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	491	1.086
Contas a receber	7.098	734
Ativo de contrato	3.731	13.076
Outros créditos	591	154
	11.911	15.050
Ativos financeiros por meio do resultado		
Fundo restrito	4.828	10.309
Aplicações financeiras	–	30.316
	4.828	40.625
Total do ativo financeiro	16.739	55.675
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Debêntures privadas	(111.483)	(105.166)
Arrendamento mercantil	–	(49)
Fornecedores	(1.789)	(1.878)
Partes relacionadas	(3.073)	(19)
Outras obrigações	(123)	(38)
Total do passivo financeiro	(116.468)	(107.150)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	(99.729)	(51.475)

6. Fundo restrito

Aplicações financeiras	2022	2021
Debêntures privadas	111.483	105.166
Mútuos com partes relacionadas	3.040	–
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(968)	(1.086)
(-) Aplicações financeiras	–	(30.316)
(-) Fundos restritos	(4.351)	(10.309)
Divida líquida	109.204	63.455
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(37.054)	(20.403)
Total do capital	72.150	43.052
Índice de alavancagem	151%	147%
5. Aplicações financeiras	2022	2021
Aplicações financeiras (I)	–	30.316
Aplicações financeiras (II)	–	30.316

(I) As aplicações financeiras são provisionadas conservativamente em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação de 99,77% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 (92% em 31 de dezembro de 2021). A redução no saldo das aplicações financeiras está atrelada aos resgates ocorridos no exercício. A Companhia utiliza os valores aplicados para pagamentos diversos, dentre os mais expressivos: folha de pagamento, obras de ampliação das estações de tratamento de esgoto, aquisição de materiais e equipamentos e pagamento de juros sobre as debêntures.

7. Contas a receber

Contas a receber de clientes (I)	2022	2021
Outras contas a receber	12.852	5.015
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (II)	3	15
	7.098	734

(I) Referem-se ao faturamento de consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuados pela Companhia. A própria Companhia é responsável pela cobrança junto aos consumidores finais. (II) O critério

... continuação

para constituição da PECLD reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 360 dias. Adicionalmente, a Companhia também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente e seu histórico de perdas. Esse critério de PECLD foi implementado a partir de outubro de 2022, momento em que as faturas começaram a ser emitidas pelo consumo e não mais por uma taxa, antes a provisão da PECLD era considerado 180 dias dos títulos a receber e 90 dias para os parcelamentos, para não perder histórico até outubro 2022 a Companhia manteve o histórico de provisão realizada em períodos anteriores, atualizando subsequentemente a política após o período mencionado, essa mudança foi necessária a fim de recuperar o saldo provisionado em PECLD, a Companhia implementou várias ações: i) programa de desconto (em juros/multa) e parcelamento das faturas em atraso; ii) negociação e corte de matrículas que não aderiram ao programa de desconto e parcelamento; e iii) forte comunicação com a população para a renegociação de dívidas. A provisão constituída é considerada suficiente para a renegociação da Companhia para cobrir os riscos de perdas existentes. As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas abaixo:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo líquido, Sistema de abastecimento de água (I), Sistema de esgotamento sanitário (I), Software, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Veículos, Instalações e benfeitorias, Ferramentas, Direito de uso - arrendamento mercantil.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Custos, Sistema de abastecimento de água (I), Sistema de esgotamento sanitário (I), Software, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Veículos, Instalações e benfeitorias, Ferramentas, Direito de uso - arrendamento mercantil.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Vencidas, Até 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 180 dias, De 181 a 360 dias, Acima de 360 dias.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: A vencer, Até 30 dias, Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: A movimentação da provisão de perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é como segue.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Complemento de provisão, Reversão de provisão.

8. Ativo de contrato - O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como ativo intangível. A movimentação do ativo de contrato é como segue:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo no início do exercício, Adições (i), Transferências (ii), Total.

(i) Refere-se às adições no ativo em construção, efetuadas no exercício. (ii) Refere-se às transferências para o ativo intangível em decorrência da conclusão das obras.

9. Intangível

Table with columns: 2021, Adições, Baixas, Transferências, 2022. Rows: Custos, Sistema de abastecimento de água (I), Sistema de esgotamento sanitário (I), Software, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Veículos, Instalações e benfeitorias, Ferramentas, Direito de uso - arrendamento mercantil.

10. Empréstimos e financiamentos - Em 8 de dezembro de 2020 e em 15 de janeiro de 2021, a Companhia contratou financiamentos com o Banco Santander S.A. nos montantes de R\$ 20.000 e R\$ 15.000, respectivamente. Esses financiamentos tinham como objetivo permitir à Companhia a realização dos investimentos comprometidos quando da obtenção da concessão. Os financiamentos foram liquidados em uma única parcela em junho de 2021 e julho de 2021, respectivamente. A movimentação dos financiamentos aconteceu conforme abaixo:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Captação de novos empréstimos e financiamentos, Juros incorridos no exercício, Amortização principal, Amortização de juros.

Em 31 de dezembro de 2021, até a quitação dos financiamentos, a Companhia cumpriu com todos os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Juros incorridos, Amortização juros, Custos de transação, Amortização do custo de transação.

11. Debêntures privadas

Table with columns: Série, Emissão, Encargos financeiros, Vencimento, 2022, 2021. Rows: Vórtx Distribuidora de Títulos, (-) Custo de transação.

Em 24 de maio de 2021, a Companhia teve sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, junto à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., no montante de R\$ 100.000, que foi liberado em 31 de maio de 2021. Esse contrato de debêntures possui carência de pagamento de principal durante os três primeiros anos e, durante o período de carência, os juros são pagos semestralmente. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos semestralmente durante 17 anos, completando o prazo total da emissão de 20 anos. A totalidade dos recursos captados nas debêntures será utilizada para a implementação e exploração do projeto de universalização e melhorias no sistema de abastecimento de água e ampliação do sistema de esgotamento sanitário na sede da Companhia e em 12 distritos do município de Ouro Preto/MG. A movimentação das debêntures privadas é como segue:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Captação de debêntures, Juros incorridos, Amortização juros, Custos de transação, Amortização do custo de transação.

Cláusulas contratuais e outras informações: Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nesta Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas (i) ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, dos respectivos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos a esta Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão; (ii) a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando, aos honorários do Agente de Liquidação, do Escriturador, da B3 e do Agente Fiduciário; e (iii) ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou execução das Garantias, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios incorridos na proteção dos interesses dos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas em favor dos Debenturistas, as seguintes garantias: i) Alienação fiduciária da totalidade

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo líquido, Sistema de abastecimento de água (I), Sistema de esgotamento sanitário (I), Software, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Veículos, Instalações e benfeitorias, Ferramentas, Direito de uso - arrendamento mercantil.

Table with columns: 2020, Adições, Baixas, Transferências, 2021. Rows: Custos, Sistema de abastecimento de água (I), Sistema de esgotamento sanitário (I), Software, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Veículos, Instalações e benfeitorias, Ferramentas, Direito de uso - arrendamento mercantil.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Complemento de provisão, Reversão de provisão.

(i) Os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário correspondem às estações de tratamento de esgoto (elevatórias e redes) e estações de tratamento de água (reservatórios e redes). A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível estão divulgados na nota explicativa nº 2.9.

Table with columns: 2021, 2020. Rows: Saldo líquido, Sistema de abastecimento de água (I), Sistema de esgotamento sanitário (I), Software, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Veículos, Instalações e benfeitorias, Ferramentas, Direito de uso - arrendamento mercantil.

10. Empréstimos e financiamentos - Em 8 de dezembro de 2020 e em 15 de janeiro de 2021, a Companhia contratou financiamentos com o Banco Santander S.A. nos montantes de R\$ 20.000 e R\$ 15.000, respectivamente. Esses financiamentos tinham como objetivo permitir à Companhia a realização dos investimentos comprometidos quando da obtenção da concessão. Os financiamentos foram liquidados em uma única parcela em junho de 2021 e julho de 2021, respectivamente. A movimentação dos financiamentos aconteceu conforme abaixo:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Captação de novos empréstimos e financiamentos, Juros incorridos no exercício, Amortização principal, Amortização de juros.

Em 31 de dezembro de 2021, até a quitação dos financiamentos, a Companhia cumpriu com todos os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Juros incorridos, Amortização juros, Custos de transação, Amortização do custo de transação.

11. Debêntures privadas

Table with columns: Série, Emissão, Encargos financeiros, Vencimento, 2022, 2021. Rows: Vórtx Distribuidora de Títulos, (-) Custo de transação.

Em 24 de maio de 2021, a Companhia teve sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, junto à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., no montante de R\$ 100.000, que foi liberado em 31 de maio de 2021. Esse contrato de debêntures possui carência de pagamento de principal durante os três primeiros anos e, durante o período de carência, os juros são pagos semestralmente. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos semestralmente durante 17 anos, completando o prazo total da emissão de 20 anos. A totalidade dos recursos captados nas debêntures será utilizada para a implementação e exploração do projeto de universalização e melhorias no sistema de abastecimento de água e ampliação do sistema de esgotamento sanitário na sede da Companhia e em 12 distritos do município de Ouro Preto/MG. A movimentação das debêntures privadas é como segue:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Captação de debêntures, Juros incorridos, Amortização juros, Custos de transação, Amortização do custo de transação.

Cláusulas contratuais e outras informações: Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nesta Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas (i) ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, dos respectivos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos a esta Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão; (ii) a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando, aos honorários do Agente de Liquidação, do Escriturador, da B3 e do Agente Fiduciário; e (iii) ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou execução das Garantias, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios incorridos na proteção dos interesses dos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas em favor dos Debenturistas, as seguintes garantias: i) Alienação fiduciária da totalidade

de ações: Emissão da Emissora atualmente detidas pelos acionistas GS Inima e MIP Investimentos e Participações Ltda., nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado entre os acionistas GS Inima, MIP Investimentos, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, e a Emissora, na qualidade de interveniente ajuizada ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações"). ii) Cessão fiduciária, pela Emissora: Da totalidade dos direitos creditórios emergentes, presentes e/ou futuros, oriundos do Contrato de Concessão, observado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, incluindo, mas sem se limitar, (a) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes da prestação dos serviços no âmbito do Contrato de Concessão, e (b) o direito de receber todos e quaisquer valores que, sejam ou venham a se tornar exigíveis e de pagamento pelo Poder Concedente à Emissora, incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (B) a totalidade dos direitos creditórios (incluindo receitas), presentes e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Administrador na qualidade de instituição depositária da Conta Reserva Vinculada e da Conta Vinculada Centralizadora, (conforme termos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados em tais contas, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária (conforme termo definido no Contrato de Cessão Fiduciária); (C) a totalidade dos direitos creditórios (incluindo receitas), presentes e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Arrecadadores Públicos (conforme termo definido no Contrato de Cessão Fiduciária) na qualidade de instituição depositária da Conta Arrecadação BB e da Conta Arrecadação CEF (conforme termos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados em tais contas, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária; (D) a totalidade dos direitos creditórios detidos pela Companhia em face das instituições seguradoras do Projeto, nos termos das respectivas apólices de seguros, bem como qualquer direito e crédito decorrente de novo seguro contratado pela Companhia relativo ao exercício da sua atividade, bem como referente a risco patrimonial e lucros cessantes, dos quais a Companhia seja beneficiária ou seguradora, ou que venha a substituir as atuais apólices de seguro; (E) dos direitos creditórios oriundos dos Contratos do Projeto, (conforme definido no próprio Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo, mas não se limitando a multas, penalidades e apólices de seguro; e (F) da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos de contratos de empréstimo, adiantamento ou mútuo celebrados pela

Emissora, na qualidade de mutuante e suas acionistas na qualidade de mutuários ("Cessão Fiduciária de Recebíveis") nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos e Recebíveis e Outras Avenças" celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, conjuntamente com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia"). iii) Cláusulas contratuais restritivas - covenants: A Companhia possui em sua escritura de emissão de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 5 de dezembro de 2022, houve quebra de covenants, do contrato de debêntures privadas, devido a Companhia ter realizado um mútuo com sua controladora e com seus sócios minoritários conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Nesse contexto, a Companhia notificou a Kinea Investimentos Ltda., gestor do fundo de investimento detentores de debêntures sobre a captação desses mútuos antes da data de aquisição deles. A Kinea Investimentos Ltda., levando em consideração a expansão da Companhia, analisou a geração de caixa, suas projeções de crescimento e concluiu que os investimentos em Capex, em 2022 e 2021, possibilitariam um crescimento constante e sólido nos próximos anos e emitiu sua concordância sobre a captação desses mútuos através de uma carta conforto (waiver). Dessa forma, o contrato de debênture privada ficou amparado pelo "de acordo", comprovado pelo "waiver" concedido em 24 de março de 2023. Conforme nota explicativa nº 21 (eventos subsequentes), o saldo de R\$ 110.674, referente a debênture privada, já foi reclassificado para o longo prazo novamente nas demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023. 12. Partes relacionadas

Table with columns: 2022. Rows: Despesas operacionais, Despesas gerais e administrativas, Despesas financeiras, Despesas bancárias, Descontos concedidos, Outras despesas financeiras.

(i) O saldo de R\$ 3.040 em 31 de dezembro de 2022 corresponde a um contrato de mútuo assinado em 02 de janeiro de 2023, captado entre a Companhia, a GS Inima Brasil Ltda. e seus acionistas minoritários em 5 de dezembro de 2022. Esse mútuo é atualizado, mensalmente, pelo CDI acrescido de 3% ao ano. O contrato de mútuo possui vencimento em 31 de dezembro de 2037 e, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 3.040 encontra-se registrado no longo prazo. A movimentação do mútuo está demonstrada abaixo:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Captação de mútuos, Juros incorridos no período.

13. Provisão para ações judiciais

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Contingências trabalhistas.

O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, civil, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia for provável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, com base na posição de seus consultores jurídicos, possui ações judiciais com probabilidade de perda definida como possíveis. A natureza e os valores dos processos de risco de perda possível é como segue:

Table with columns: Natureza, 2022, 2021. Rows: Reclamações trabalhistas, Reclamações cíveis.

A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Constituição de provisão, Reversão de provisão por pagamentos.

14. Patrimônio líquido (passivo a descoberto) 14.1. Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$10.000 e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, demonstradas como segue:

Table with columns: Quantidade de ações, Participação direta no capital social. Rows: GS Inima Brasil Ltda., MIP Investimentos e Participações Ltda.

Em 12 de março de 2021, a acionista EPC Eng. Projeto Consultoria S.A. vendeu a totalidade de suas ações, correspondente a 1.000.000 ações ordinárias nominativas, representando 10% (dez por cento) do capital social da Companhia para a MIP Investimentos e Participações Ltda. que, passou a deter 40% (quarenta por cento) do capital social da Companhia. Em 10 de maio de 2021, conforme ato societário, os acionistas decidiram integralizar o capital social no montante de R\$ 2.640. 14.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, por não ter apurado lucro operacional, a Companhia não possui saldo de reserva legal constituída. 14.3. Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias, atendendo ao percentual anual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, por não ter apurado lucro operacional, não houve distribuição.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Receita líquida, Receita bruta, Serviços de construção (I), Tratamento de esgoto, Tratamento de água, Gestão comercial.

15. Receita líquida

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Deduções da receita, PIS, COFINS, Descontos concedidos e receitas canceladas.

Receita líquida (i) As receitas de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às obras e investimentos necessários para o tratamento de água e esgoto realizados na cidade de Ouro Preto/MG. A Administração da Companhia entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Custos e despesas por natureza, Pessoal, Materiais, Serviços de terceiros, Energia elétrica, Depreciação e amortização, Obras civis (I), Aluguéis de equipamentos e veículos, Combustíveis, Outros custos com operação.

16. Custos e despesas por natureza

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Custos dos serviços prestados, Pessoal, Materiais, Serviços de terceiros, Energia elétrica, Depreciação e amortização, Obras civis (I), Aluguéis de equipamentos e veículos, Combustíveis, Outros custos com operação.

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente, Fernando Schieper - Diretor Administrativo Financeiro, João Paulo Capanema Franco Cançado - Diretor Técnico, Rodrigo Basso - Contador CRC 1SP 266.229/0-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Emissão de debêntures: Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Companhia emitiu, em 24 de maio de 2021, instrumento de debêntures não conversíveis em ações no montante de

(i) Os custos dos serviços de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às obras e investimentos necessários para o tratamento de água e esgoto realizados na cidade de Ouro Preto/MG. A Administração da Companhia entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Receitas e despesas operacionais, Despesas gerais e administrativas, Pessoal, Materiais, Serviços de terceiros, Depreciação e amortização, Publicidade e propaganda, Gastos com viagens e hospedagens, Centro de serviços compartilhados (CSC), Impostos e taxas de regulamentação, Aluguéis de equipamentos e veículos, Aluguéis de prédios e condomínios, Seguros garantias e patrimoniais, Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, Combustíveis, Provisão para ações judiciais, Outras despesas operacionais.

Total das despesas gerais e administrativas (6.805) (5.333)

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Outras receitas e despesas operacionais, Sinistros, Outras receitas.

Total das receitas e despesas operacionais (6.846) (5.304)

17. Resultado financeiro

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Receitas financeiras, Rendimento sobre as aplicações financeiras, Juros sobre títulos recebidos, Variação monetária e cambial ativa.

Total das receitas financeiras 2.547 2.020

Despesas financeiras, Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, Juros sobre mútuos, Juros sobre títulos pagos, Despesas bancárias, Descontos concedidos, Outras despesas financeiras.

Total das despesas financeiras (14.986) (12.403)

Resultado financeiro, líquido (12.439) (10.383)

18. Imposto de renda e contribuição social - 18.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota vigente, Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente, Ajustes para alíquota efetiva: Diferenças permanentes.

Correntes, Diferidos.

18.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Ativo diferido sobre prejuízos fiscais, Ativo diferido sobre diferenças temporárias, Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos.

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido é como segue:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: 2023, 2024, 2025, 2026, Após 2026.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Saldo em 1º de janeiro, Reconhecimento na demonstração do resultado.

19. Demonstrações dos fluxos de caixa - A seguir demonstramos as transações que não afetam o caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Table with columns: 2022, 2021. Rows: Transferências do ativo de contrato para intangível.

20. Cobertura de seguros - A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou danos dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetoista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: risco de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguro são resumidas como segue:

Table with columns: Tipo de cobertura, Importâncias seguradas. Rows: Riscos operacionais, Obras civis, Responsabilidade civil, Garantia de contrato, Equipamentos.

21. Eventos subsequentes - Em 24 de março de 2023, a Companhia recebeu da Kinea Investimentos Ltda., gestor dos fundos de investimento detentores de debêntures, a carta conforto (waiver) para assunção de novas dívidas (mútuos) junto de seus acionistas diretos e indiretos, na qual manifestam sua não objeção ao waiver, havendo inclusive, demonstrado concordância antes da data de 31 de dezembro de 2022 de forma que a autorização ratifica os atos praticados no exercício de 2022 e consequentemente retroage e se aplica para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Para fins de avaliação de riscos de liquidez, a Companhia já considera esse evento subsequente, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Table with columns: No fechamento 2022, Após waiver. Rows: Total do ativo circulante, Total do passivo circulante, Capital circulante líquido.

Decisão STF: Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Aos Acionistas e Administradores da Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. - Saneouro - Ouro Preto-MG Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. - Saneouro ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasi-

leiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses

R\$ 100.000 mil. As debêntures foram emitidas para financiamento de investimentos da Companhia em projetos de Sistema de Abastecimento de Água e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede e em 12 distritos do município de Ouro Preto/MG e possui como garantia, Alienação fiduciária da totalidade de ações e Cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos da Companhia além de garantia de natureza fidejussória. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados pela Companhia, a mensuração dos instrumentos financeiros em suas demonstrações financeiras e a avaliação do cumprimento de cláusulas restritivas. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a confirmação dos saldos em aberto com os debenturistas em 31 de dezembro de 2022, recálculo da atualização monetária, testes em bases amostrais, dos pagamentos efetuados no exercício,

... continuação

Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. – Saneouro

confronto dos valores registrados com o instrumento de emissão e com os atos societários devidamente aprovados pelos órgãos competentes. Também, focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a emissão dessas debêntures e sua classificação no passivo circulante e não circulante. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de mensuração dos instrumentos financeiros da Companhia derivadas da emissão das debêntures para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos

ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que

existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 31 de março de 2023.

 **Ernst & Young**
Auditores Independentes S/S Ltda. – CRC-SP-027.623/F
Marcos Roberto Sponchiado
Contador – CRC-1SP 175.536/O-5

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6285-7E54-D481-9B05> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6285-7E54-D481-9B05



Hash do Documento

5N+cBhllinKI7jWqYOP4Hkuh9pDzmC51pGAYuTTa62k=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/04/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 17/04/2023 21:58 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

